

SESSÕES DO PLENÁRIO

10ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 5 de março de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente.

Para iniciar, o deputado o Tiago Correia.

Srs. Deputados, convido a todos para se dirigirem ao Plenário. Hoje, temos importante votação do membro conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios e votação de projetos do Ministério Público. Então, solicito a todos que estão no restaurante e nos gabinetes ou em outras dependências da Casa para se fazerem presentes aqui no nosso Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde aos nobres colegas, aos servidores desta Casa e aos amigos da imprensa. O que me traz à tribuna, nesta tarde, é para informar que encaminhei uma Moção de Pesar pelo falecimento de três jovens, decorrente de um acidente envolvendo um atropelamento múltiplo de quatro pessoas, na última madrugada de domingo, no município de Santa Cruz da Vitória. Vieram a óbito o jovem Luiz Carlos Barboza Santos, a jovem Diane Novais Santos e Wesley da Silva Santos, que retornavam de um evento, na madrugada do domingo, e foram atropelados por um veículo que já foi identificado e apreendido.

Nós aguardamos que esse crime seja solucionado, o quanto antes, pela polícia do nosso estado, e que o responsável seja punido. Esse crime consternou toda a população do município de Santa Cruz da Vitória e da região. Em nome do prefeito professor Maurício, que tem dado toda a assistência à família, aos envolvidos, às famílias das vítimas, eu quero deixar aqui essa Moção de Pesar e pedir paz para essas famílias. Que Deus receba esses três jovens, diminuindo o sofrimento dos amigos e parentes que ficaram, bem como o sentimento de revolta de toda a população do município Santa Cruz da Vitória.

Então, Sr. Presidente, eu quero deixar registrada essa Moção de Pesar e solicitar o empenho da nossa polícia para que desvende, o quanto antes, esse crime que vitimou três jovens vidas que tinham um futuro brilhante pela frente.

O outro assunto, Sr. Presidente, é informar a esta Casa que, hoje, na Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Defesa do Consumidor, esteve o presidente da Neoenergia Coelba, o jovem Thiago. Ele veio prestar esclarecimentos e apresentar o plano de investimentos dessa concessionária para os próximos anos.

Mas não podemos deixar de registrar que a Coelba é uma das empresas campeãs em reclamações pela população baiana e o quanto isso tem interferido no desenvolvimento econômico do nosso estado, principalmente no setor agrícola, onde diversos empreendimentos ficam parados, aguardando que o fornecimento de energia elétrica possa chegar àquelas propriedades. Sem dizer os inúmeros empreendimentos imobiliários nas cidades, não só em Salvador, mas também no interior, cuja data de entrega aos moradores tem sido retardada também pela falta de ligação da energia; e sem dizer nos municípios que ficam com seus distritos industriais acanhados pela falta de fornecimento de energia elétrica.

Então, é urgente que essa concessionária aplique esses investimentos e que reduza o sofrimento não só do cidadão comum – de todos nós que usamos energia diariamente em nossas vidas –, mas também na atividade econômica do nosso estado, principalmente na agricultura, no setor industrial e no setor da construção civil, que sofre muito por conta da ineficiência dessa concessionária.

É isso que eu trago, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento a todos os colegas aqui presentes, deputados, presidente, imprensa, servidores desta Casa. Bem, subo a esta tribuna para reafirmar e anunciar com muita alegria que, nesta semana, nos dias 8 e 9, na nossa Bahia, na nossa capital, teremos a presença daquele que, sem sombra de dúvidas, foi o maior presidente da história deste país.

(O deputado Marcelinho Veiga assume a presidência da Mesa.)

Nos dias 8 e 9, Jair Messias Bolsonaro estará em Salvador, bem como Michelle Bolsonaro – a sempre primeira-dama –, oportunidade em que ela receberá a Comenda Dois de Julho, de maneira justa.

Sabe-se que a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, enquanto exerceu o seu papel de maneira brilhante, deu vez e voz àqueles que eram invisíveis antes: pessoas portadoras de diversas deficiências, surdos, perseguidos políticos e, também, o Programa Pátria Voluntária, que, de acordo com dados do governo federal, aqui na Bahia, mais de 100 mil cidadãos foram beneficiados por esse programa idealizado pela primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Então, é com muita honra que eu anuncio que no dia 9, no novo Centro de Convenções, em Salvador, a Michelle Bolsonaro receberá a Comenda Dois de Julho.

Quero reforçar que teremos o encontro de mulheres no dia 8, também. No projeto do PL, também as mulheres vêm para transformar a nossa Bahia. Estamos agora no mês de março, que é o mês da mulher. Sem sombra de dúvidas, no projeto do PL, as mulheres terão o seu protagonismo, porque sabemos da sua importância. Nesse sentido, quero reforçar, aqui, o convite para que as mulheres baianas compareçam ao evento que ocorrerá no dia 8 de março, bem como no dia 9 de março. Sem sombra de dúvidas, será um evento grandioso e marcante em nossa Bahia, porque tudo o que nós queremos é a transformação.

Sabe-se que aquilo que está aí, já há muito tempo na Bahia, infelizmente, se renovando, é a marca da destruição. Isso porque destruição se tornou sinônimo do 13, ou o 13 se transformou em sinônimo de destruição. PT é a marca do mal.

Então, com Jair Messias Bolsonaro, com o João Roma na Bahia, que é um grande nome, juntos com o PL, temos a oportunidade de desenhar e de mostrar o novo caminho para a nossa Bahia – um caminho de transformação, um caminho com a verdadeira participação das mulheres...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que é o que nós queremos.

Então, a sociedade baiana está convidada a participar nesses dias 8 e 9, que serão dias históricos em nossa Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Obrigado, Sr. Deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Com a palavra, agora, o nobre colega deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento a todos neste dia importante de hoje, quando a Casa vai proceder com a votação do novo conselheiro do Tribunal de Contas, à imprensa e todos aqueles que nos assistem por meio da *TV ALBA*.

Presidente, até que a gente tenta ter esperanças no meio do caos em que vive o Brasil e a Bahia também, mas fica difícil. Isso porque todo santo dia, todo bendito dia, o Lula, a sua trupe e o PT jogam mais uma pá de terra no caixão dos brasileiros e dos baianos.

A bola da vez agora é o projeto que o governo enviou para regulamentar e criar um imposto sobre os aplicativos de transporte, de entrega e todos aqueles que comungam dessa mesma tarefa final. Isso aqui é mais uma medida vampira, nefasta, devastadora para botar uma faca no pescoço do pobre, que é quem vai ser o maior prejudicado com tudo isso no final das contas. Medida essa do governo do PT de Lula igual como faz Jerônimo aqui: não traz nenhum benefício, de fato, que a população precisa, mas sim imposto, empréstimo um atrás do outro. Como eu disse aqui: no final das contas, o povão que vai arcar com isso, que é quem sofre com as mazelas de uma carga tributária, que é a pior que nós temos, que é a pior que existe no mundo hoje: a brasileira. E a da Bahia, que é a pior do Brasil.

Para completar, o vampiro que está na Presidência da República debocha ainda dos brasileiros, dizendo que os brasileiros têm cultura de reclamar de impostos. Só pode ser, presidente,... Ele deve estar... (Expressão retirada pela Presidência.) Não é possível! Só pode. É a palavra mais branda que eu tenho para utilizar aqui. Isso porque dizer que um povo que sofre por um estado que não lhe dá... que lhe rouba – essa é a verdade – com a desculpa de tributação e de contraprestação, que lhe dá violência, que lhe dá insegurança, que lhe dá uma educação de péssima qualidade, que lhe dá um estado puramente punitivo e fiscalizador, principalmente a iniciativa privada, inimigo de quem gera emprego e renda dos empresários, dos empreendedores. No final das contas, onde deságua? Na não geração de emprego; no desemprego galopante; no poder de compra, cada vez mais, se apequenando.

Essa conversa bonitinha de criar vínculo trabalhista com essas plataformas, no final das contas, vai criar uma reserva de mercado. O que vai acontecer? Eles vão sair do país – e o número de pessoas desocupadas, desempregadas, sem renda, vai aumentar cada vez mais.

Essa é uma estratégia fascista. Eles adoram tanto falar essa palavra, mas são analfabetos. Eu digo isso aqui com propriedade. São analfabetos, sim, porque o próprio governador defende a aprovação em massa. Ele acha que vai resolver o problema da Bahia aumentando os números e crescendo o analfabetismo, no mínimo, funcional. Mas como não entendem – voltando aqui e falando em analfabetismo funcional.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) o significado do que falam, de fascismo, adoram arrotar isso, mas, na verdade, os fascistas são eles.

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

Essa ideia de regulamentar excessivamente relações do trabalho, surgiu com a *Carta del Lavoro*, de Benito Mussolini. Lula adora falar em CLT, o PT adora falar em CLT, e o que a gente vê na realidade?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O partido que, por onde passou, deixou um rastro de desemprego, o Partido dos Trabalhadores, que não trabalham.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais de imprensa, membros das galerias, internautas que acompanham pela *TV ALBA*, hoje é um dia histórico para a Bahia.

Daqui a pouco, a alguns minutos, será iniciada a implantação da fábrica da empresa chinesa de automóveis, BYD. Esse é um fato de grande significado para economia da Bahia. Depois de o Brasil perder, por uma opção estratégica da Ford, um complexo automobilístico em Camaçari, pelo protagonismo do governador Jerônimo Rodrigues, pelo apoio, parceria e carinho do presidente Lula para com o nosso estado, a Bahia deu a volta por cima e conquistou uma fábrica moderna – com tecnologia de ponta –, que vem fabricar carros elétricos na Bahia. No final de 2024, nós já teremos os primeiros veículos fabricados aqui. Hoje, 5 de março, exatamente agora, às 15 horas, será iniciado o processo de construção dessa fábrica.

Além disso, a BYD vai implantar um centro de tecnologia, na Bahia, para desenvolver projetos que possam aperfeiçoar o funcionamento dos veículos elétricos, inclusive das suas baterias. Isso tem uma repercussão na geração de 10 mil empregos em Camaçari e na Região Metropolitana. Isso vai repercutir na economia da Bahia e na economia do Brasil, com os investimentos e com os empregos indiretos.

Parabéns, governador Jerônimo Rodrigues. Parabéns, presidente Lula. Ninguém – nem mesmo as críticas infundadas – resiste à força do trabalho. É a força do trabalho de Lula que está reconstruindo este Brasil. É a coragem, a determinação e o empenho do governador Jerônimo Rodrigues que deixa a Bahia no caminho certo, desenvolvendo a sua economia e incluindo os baianos e baianas.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, eu não posso deixar de registrar que esta Casa hoje, a Assembleia, recebeu a visita do presidente da Coelba, o Sr. Thiago Guth. Depois de 27 anos de concessão da Coelba, o presidente veio afirmar que vai resolver todos os problemas acumulados por essa concessionária no prazo de 3 anos. Prometeu um investimento de R\$ 3,8 bilhões para ser realizado nos próximos 3 anos. Além disso, colocou que terão investimentos em construção de

subestações para fornecer energia às regiões que estão desabastecidas, especialmente o Oeste da Bahia, o Médio São Francisco, a Chapada, a região litorânea do Baixo Sul e do Sul.

Realmente, a Coelba está parecendo aquele jogador de futebol que não faz uma boa temporada, mas nos últimos jogos, para renovar o contrato, vai, entra em campo, corre o tempo todo para que a torcida aprove a sua renovação. Mas, no caso da Coelba, a torcida é para que ela não tenha a renovação do contrato – assegurada pela Aneel e pelo Ministério de Minas e Energia –, porque são 27 anos de descaso, de maus serviços prestados, problemas grandes para os consumidores, para economia da Bahia, retardando investimentos, fazendo que outros desistam do nosso estado pela sua dificuldade de modernizar e de ampliar investimentos. Por outro lado, desde 1997 e 1998, bate recordes – e recordes de lucratividade – quando foi privatizada, e não devolve ao povo baiano um serviço de qualidade. Vamos continuar firmes, fiscalizando a Coelba, porque a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) manifestação desta Assembleia vai ser no sentido de recomendar ao Ministério de Minas e Energia que não renove, automaticamente, essa concessão. É preciso um novo modelo! É preciso pensar em como é que um estado de 417 municípios fica refém de apenas uma concessionária. Mecanismo de fiscalização! Então, Sr. Presidente, esse foi o debate que nós fizemos.

Por último, eu quero registrar e parabenizar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o governador Jerônimo Rodrigues, a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, o ex-governador e ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o presidente Lula pela entrega do Hospital Ortopédico da Bahia, o maior do Brasil.

Ontem, no bairro do Cabula, em Salvador, foi entregue uma unidade com 212 leitos, 30 leitos de UTI, um hospital-escola, que vai funcionar integrado na formação de profissionais para atender a nossa população e vai desafogar a fila da regulação, porque 60% dos internamentos nas UTIs da Bahia, hoje, advêm de casos de traumatologia e casos ortopédicos.

Por isso, o governador Jerônimo Rodrigues segue na mesma toada de Wagner e de Rui Costa, e a Bahia completa 23 novos hospitais em 17 anos. Um recorde histórico! Parabéns, governador Jerônimo Rodrigues! E a Bahia segue em frente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Coisa bonita, não é, Sr. Presidente? Quero saudar todos vocês! Coisa linda o discurso do meu amigo, posso dizer assim, Robinson Almeida. Posso dizer, não, somos amigos. Pode registrar isso! É meu amigo, sim.

Agora, pensamos diferentes e temos interpretações diferentes, porque isso não é um texto que a gente tem que interpretar da mesma forma. Quando a gente fala do

Hospital Ortopédico, inaugurado com pompas: “o maior hospital estadual público da América Latina”. É esse! Mas vamos ver o outro lado.

Sexta-feira, saiu a notícia de que o Hospital Metropolitano parecia um caçamoscas – eu cheguei aqui nesta tribuna e disse que era um hospital subutilizado. Agora piorou! Além de ser subutilizado, o Hospital Metropolitano entra em crise. Em assembleia, os médicos suspenderam as cirurgias – apenas realizarão as de urgência. Isso por falta de pagamento e por falta dos insumos. O que são insumos? O material básico para se realizar os procedimentos cirúrgicos.

Então, de um lado você faz uma inauguração gigantesca, porque eu quero ver quando vai começar a funcionar. Não é funcionar 10%, 20%, não. É colocar os seus 200 e tantos leitos para funcionar, os seus 10 leitos de UTI para funcionar. Não basta dizer que tem, é necessário que se faça gestão, amigos.

Amigos e amigas, a gente não pode aceitar a suspensão das cirurgias do Hospital Metropolitano, que já é mambembe. Sobre a estrutura física, eu não discuto, é maravilhosa! Mas com relação ao planejamento, à gestão hospitalar, ninguém fala nada disso! Não se faz saúde só com parede branca, só com maquinário. Se faz com gente, se faz com planejamento, se faz com gestão.

Então, não é possível que se chegue a esta tribuna para a gente exaltar um prédio, quando nós temos o Hospital Metropolitano à bancarrota, as cirurgias que estavam sendo realizadas suspensas; quando a gente tem, na data de hoje, uma assembleia dos médicos da maternidade para suspender atendimento por falta de pagamento, pela diminuição de anestesistas, pela diminuição de plantonistas. Gente, tem que parar de brincar de fazer saúde e, efetivamente, se preocupar com a saúde do estado da Bahia. Não se faz saúde só com parede branca e equipamento, é necessário ter gestão.

Então, dessa forma, meu amigo deputado Robinson, eu quero dizer que nós precisamos de muito mais. Nós precisamos, deputado Raimundinho da JR, de fazer uma saúde como ela precisa ser feita. Deputado Hilton Coelho, eu tenho certeza de que V. Ex.^a recebe pedidos de regulação todos os dias no seu gabinete, na sua assessoria. Por que não funciona? Porque se tem a maternidade que vai fazer hoje uma assembleia para decidir se continua ou se entra em estado de greve, suspendendo por falta de pagamento, falta de condições de trabalho; e porque se tem o Hospital Metropolitano, da mesma forma, suspendendo cirurgias por falta de pagamento e condições de trabalho. Daí vem dizer que a saúde está boa, por que se constrói mais um hospital?! Eu bateria palmas, eu bateria palmas, mas é mais um hospital que vai funcionar com 10%, 20% e 30%. Então, eu não posso dar os parabéns ao governo do estado, à Secretaria de Saúde, quando a gente está fazendo de um lado e está tirando do outro lado.

Mas, Sr. Presidente, eu quero ainda falar sobre o que nós teremos. Eu quero fazer o encaminhamento aqui junto com o deputado Rosemberg, o que foi discutido na bancada. Sabemos que vamos ter aqui o deputado Paulo Rangel e o ex-deputado Marcelo Nilo fazendo as suas defesas, os seus debates, as suas apresentações. Então, eu quero fazer o encaminhamento da minha bancada que nós pudéssemos começar

os trabalhos às 15h30min, logo após a inscrição do pinga-fogo, do Pequeno Expediente,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) se tiver a concordância do deputado, líder da Bancada do Governo. Eu quero fazer este encaminhamento. Se o deputado Rosemberg estiver de acordo, a nossa bancada está também, para que a gente possa começar às 15h30min.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de chamar o próximo orador, deputado Hilton, Srs. Deputados, pela manhã, logo no início da tarde, nós estivemos reunidos com alguns deputados e com o líder Alan Sanches. O líder da Maioria, deputado Rosemberg, não estava presente, mas eu acredito que vai concordar a respeito da sessão de hoje à tarde. Nós usaremos o Pequeno Expediente; logo após, por dispensa de formalidades, votaremos os dois projetos do Ministério Público – que estão acordados, pois são só questões administrativas do próprio MP. Logo depois, pela ordem, o ex-deputado Marcelo Nilo e o deputado Paulo Rangel usarão da palavra. Em seguida, a gente vai para a votação. Concorda, deputado Rosemberg? O deputado Alan já concordou pela Bancada da Oposição.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto. Som para o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, desde ontem, nós já tínhamos feito o encaminhamento no sentido de facilitar as votações.

Primeiro, para não ter nenhuma dúvida regimental, nós vamos fazer o combinado de abrir a fala, durante 10 minutos, para cada postulante ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Não está previsto isso no Regimento. Mas se trata de dois colegas nossos. Assim como acha o deputado Alan, eu acho pertinente. Não há divergência nessa questão.

Nós, regimentalmente, para garantir isso, faríamos uma espécie de suspensão de 20 minutos: 10 minutos para um e 10 minutos para outro. Depois, retomariamos.

A ideia é votar o projeto do Ministério Público, ao final. Mas, até para garantir, a gente, às 15h30min, encerra. E, aí, a gente vota os dois projetos. Eu acredito não haver divergência. E, às 16 horas, iniciariamos a votação para o cargo de conselheiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, gostaria, também, de informar que, ao término da votação, a urna irá para a presidência onde será totalizado. Concordam? Quem cala consente, não é, Júnior? Alguma reparação? Júnior estava acostumado. Ele levava para casa para contar lá.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, quero começar com a pergunta que não pode calar nesta Casa. Onde está o PLC nº 154/2023 que versa sobre a carreira dos defensores e defensoras públicas do estado da Bahia?

Digo isso porque, hoje, nós vamos votar o projeto do Ministério Público. Justo. Mas me parecia que o projeto de garantia das carreiras, equiparação e remuneração dos defensores e defensoras, ao Ministério Público e ao Judiciário da Bahia, já estava absolutamente acordado. E esse projeto, até agora, não aparece para a votação. Sr. Presidente, eu vou ocupar esta tribuna todos os dias para fazer essa mesma pergunta.

Hoje, nós estamos num dia muito especial, porque o projeto do Ministério Público apareceu. Cadê o da Defensoria Pública? Por favor, gente, vamos respeitar o nosso povo. É muito importante que esse projeto seja votado.

Mas, Sr. Presidente, para mim, outra coisa é a ausência da candidatura de membro do PCdoB ao TCM, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Todos sabem que nós fizemos a defesa, nesta tribuna, da candidatura do deputado Fabrício Falcão.

Acho que o que aconteceu nesta Casa... Não quero entrar em decisão de Federação. Aliás, acho que essa história de partido se metendo em partido é uma coisa deplorável para a política. Então não quero saber qual foi a definição dos partidos, da Federação. Isso não importa.

Esta Casa, a Mesa Diretora, a meu ver, vetou, politicamente, a candidatura do PCdoB. No entanto, este é um partido que merece um respeito muito grande, pois é um partido de décadas neste país e que, nesta Casa, tem uma contribuição muito relevante.

Então quero dizer que o meu voto, sim, vai ser do deputado Paulo Rangel. O deputado Paulo vai contar com o meu voto. Respeito a sua militância política. Vai ser um voto muito bem dado.

Mas quero registrar o protesto do Psol, porque, para nós, o PCdoB deveria estar nesta disputa. A Mesa vetou a candidatura do PCdoB, vetou a candidatura de um militante da luta política na nossa Bahia, pois já esteve em diversas áreas dando uma contribuição para a luta mais legítima do nosso povo, que foi o deputado Fabrício Falcão.

Então quero registrar o nosso protesto em relação à posição da Mesa Diretora.

Quero dizer que nós poderemos ter uma eleição democrática, mas que Fabrício perdesse no voto. Ele perderia com o meu voto. O meu voto seria dele, certo? Mas, não existindo a candidatura, infelizmente, nada contra, muito pelo contrário, o nosso voto será do deputado Paulo Rangel.

Mas, Sr. Presidente, também, ocupo esta tribuna para registrar que, ontem, de fato, houve um ato da enfermagem a favor do piso salarial na inauguração do hospital Ortoped, hospital privado. É preciso registrar que, na Bahia, não se respeita o piso da enfermagem. As enfermeiras estavam lá na frente. Nós estávamos com elas.

Portanto, o governador Jerônimo precisa resolver esta pendência para o governo respeitar a enfermagem na Bahia e assim dar exemplo, inclusive, para fiscalizar a iniciativa privada.

Hoje, também, nós estivemos no ato dos servidores públicos municipais de Salvador que estão ameaçando com processo de paralisação, porque o prefeito Bruno Reis abriu a mesa de negociação e, simplesmente, não tem proposta. Nunca vi uma coisa dessa, qual seja, abrir uma mesa para negociar e não ter proposta nenhuma para a categoria, pois existe uma defasagem salarial de mais de 30%.

Bem, saí, agora, à tarde, da assembleia das educadoras e educadores do município de Salvador, que também têm o seu salário-mínimo. Qual é o salário-mínimo da educação? É o piso nacional. Salvador não respeita o piso nacional da educação. E o prefeito ainda mente ao dizer estar investindo 105% no Orçamento relacionado à educação. Os cálculos mostraram que isso não passa de 84%.

Portanto, nós temos um representante do Executivo que, simplesmente, mente para a sociedade e tenta enganar uma categoria que está muito bem-organizada, está em assembleia agora, uma assembleia lotada no Clube Fantoches.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quando terminar a votação aqui, eu vou para lá, porque se tiver mobilização de rua, eu estou junto com elas.

Sr. Presidente, eu só queria a sua paciência, muito rapidamente, para registrar uma crise muito grande, uma crise das universidades federais no nosso país. O governo federal, simplesmente, depois de uma expectativa da Andifes de que o Orçamento de 2024 aumentaria, deputado Robinho, em 2,7 bilhões. No entanto, o governo federal faz um corte de R\$ 310 milhões nas nossas universidades.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Essa defasagem de R\$ 2.7 bilhões é de 2018 para 2023! Vejam, agora, por exemplo, a nossa universidade federal teve um corte de R\$ 13 milhões e tem uma ameaça do próprio funcionamento da universidade, quando o orçamento da educação, inclusive, aumentou nacionalmente. No entanto, as nossas universidades estão à míngua. O deputado Robinho falou sobre isso.

Como nós vamos mudar o rumo deste país e desta Bahia com esta situação das nossas instituições federais de ensino com esse corte de mais de R\$ 300 milhões, quando ela já vinha arrojada, quando as nossas universidades já estavam se arrastando para conseguir sobreviver? Ano passado, inclusive, o governo reconheceu isso. Só para concluir, Sr. Presidente, houve verba suplementar. Por isso, a expectativa.

A Andifes quer aumento de R\$ 2.5 bilhões no orçamento das universidades para a gente ter condição de respirar e fazer o trivial, porque o cálculo da defasagem, que é feito, não é abstrato, não, Sr. Presidente. O cálculo está ancorado nos gastos com limpeza, água, energia e no mais elementar para nós termos o funcionamento das nossas universidades.

Por fim, Sr. Presidente, não poderia deixar de destacar que 30 estudantes do Colégio Militar de Candeias foram parar no hospital, porque tiveram de ficar na área externa da escola tomando sol por mais de 2 horas.

Esse é o modelo de educação? Eu quero falar com essa extrema-direita, se é que ela ouve alguma coisa quanto a esse projeto de militarização. Vejam 30

estudantes pararam na emergência, porque tiveram de ficar, em ordem unida, debaixo de sol, com sol na cabeça, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Isso é inconcebível! Educação não rima com militarização.

Sr. Presidente, só uma coisa. Estamos propondo uma audiência pública para discutir os cortes orçamentários nas universidades federais e nas instituições federais em 2024.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado...

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Samuel.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, inclusive, eu tenho muito respeito ao deputado Hilton Coelho. No início do discurso do deputado Hilton Coelho, ele disse que a Mesa Diretora vetou a possibilidade de o deputado Fabrício estar candidato hoje para o TCM-BA.

Eu gostaria de dizer algo. Só a título de esclarecimento ao deputado Hilton, gostaria de dizer que não foi a Mesa Diretora, não, chefe. Se o senhor conhecer direitinho o Regimento, lá diz que tem de colher as assinaturas. E ele fez um pedido à Mesa Diretora. E, no dia, quatro membros da Mesa estavam presentes, inclusive, eu. Não preciso citar os outros membros. Não houve quórum para a Mesa discutir o assunto. Então, não foi nem um assunto tratado na Mesa.

E, aí, V. Ex.^a, hoje, sobe à tribuna e diz que a Mesa Diretora vetou.

Isso é como se nós, da Mesa Diretora, proibíssemos o deputado Fabrício de estar candidato.

Era só esse esclarecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o professor Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Colegas deputados, deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, nas redes sociais, eu queria, nesta breve intervenção no Pequeno Expediente, Sr. Presidente, parabenizar o nosso governador Jerônimo Rodrigues e o nosso vice-governador Geraldinho, pois, hoje, assinaram a licitação do trecho da pavimentação da nossa estrada entre o distrito de Bate Pé e Pradoso. Essa é uma rodovia planejada, estadual e utilizada como uma vicinal no município de Vitória da Conquista, ligando, pelo chão, pela estrada de terra, os municípios de Belo Campo e Tremedal.

Essa era uma reivindicação antiga do deputado estadual Zé Raimundo e do deputado federal Waldenor Pereira. Nós encaminhamos a indicação, várias vezes, junto ao nosso secretário de Infraestrutura. E, após a nossa iniciativa, essa reivindicação foi, também, referendada e reforçada pelo deputado estadual Jean Fabrício, pela liderança comunitária do sindicato dos trabalhadores rurais, Edilton e,

também, de lideranças como Júnior Figueiredo, que tem a sua militância entre Bate-Pé e Pradoso.

É uma rodovia que vai ter 22 quilômetros asfaltados e vai levar o desenvolvimento econômico e social para, aproximadamente, 10 mil conquistenses e os moradores dos municípios adjacentes que por ali trafegam, Sr. Presidente.

Eu queria, portanto, agradecer ao nosso governador, pois, hoje, ele publicou a licitação dessa obra.

E, também, em reunião, ontem, com S. Ex.^a, o nosso governador, nós reiteramos alguns pleitos para Vitória da Conquista. Nessa mesma linha, solicitamos um aditivo para o distrito de São Sebastião, que já teve a sua ligação feita da sede do distrito à BR-116. É uma variante que atinge uma população muito significativa entre a sede do distrito e o bairro das Malvinas, aproximadamente 500 metros de pavimentação.

E, ainda Sr. Presidente, nós reiteramos – o governador autorizou os estudos – para a gente ter, também, duas outras intervenções, além das que já estão em curso. Por exemplo, há a estrada de Vitória da Conquista até Barra do Choça, na saída até o Povoado da Estiva, com duplicação, ciclovias, ciclofaixas e, também, passeios.

Nós solicitamos já há algum tempo. Encaminhamos à Seinfra. E o governador autorizou os estudos para nós viabilizarmos a duplicação, a saída no sentido de Itambé, no Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, passando pela fábrica Dass, onde trabalham, aproximadamente, 6 mil pessoas, homens e mulheres.

Também, no entorno, há muitos conjuntos ainda no sentido de Anagé, saindo também ali do anel viário, no sentido do distrito de Pradoso, aproximadamente uns 4 a 5 quilômetros, porque, ali, já há um centro de abastecimento e há, também, muitos conjuntos. Há, inclusive, há um museu famoso e já conhecido em Conquista. É um museu a céu aberto, de um artista local, Museu de Kard, com muitas visitas. Então, é um polo de atração de tráfego de pessoas e negócios.

Solicitamos e reiteramos o pedido ao nosso governador Jerônimo Rodrigues, complementarmente, para as obras que ele já tem planejado para Vitória da Conquista.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que eu tenho absoluta certeza de que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ao lado dessas obras, são necessários os investimentos nas áreas de saúde, educação e agricultura familiar. Tudo isso torna Vitória da Conquista um dos polos de grandes investimentos dos governos estadual e federal.

Por isso, a nossa grande esperança é a de que este ano vamos colher bons frutos no processo político-eleitoral da nossa cidade, até porque o nosso pré-candidato é o deputado federal Waldenor Pereira, com uma história de luta e de trabalho naquela cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosenberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, servidoras, servidores, primeiro, quero aproveitar para dizer que esta sessão de hoje, nesta Assembleia, tem uma importância singular. Iremos ouvir as apresentações do ex-deputado Marcelo Nilo e do deputado Paulo Rangel para a escolha do substituto do conselheiro Fernando Vita.

Quero aproveitar para dizer, deputado Hilton, que o Hospital Ortopédico do Estado será administrado por uma instituição sem fins lucrativos, qual seja, Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. Essa é uma fundação. O nosso é um hospital público, será um hospital de atendimento público; não é privado. É o maior hospital ortopédico da América Latina, não é só do Brasil, não existe outro igual.

Com respeito a todos os hospitais da iniciativa privada, nada tenho contra a área privada, mas não há um hospital na Bahia com a qualidade de equipamentos, a humanização, o formato vinculado também ao lado de uma escola de formação de técnicos e, certamente, agora, nos próximos anos, para a formação de profissionais da Medicina, inclusive médicos com suas devidas especializações.

Então, é um hospital que orgulha a Bahia. Há coisas que nós precisamos superar como as nossas diferenças conceituais. Nós temos de nos orgulhar, na Bahia, da nova visão de educação com equipamentos de primeira qualidade. Hoje, outros estados se espelham na Bahia do ponto de vista dos equipamentos para a educação.

Para a Bahia, vêm diversos profissionais das áreas de saúde e saúde pública, a fim de se espelhar nas policlínicas e nos hospitais públicos que a Bahia desenvolveu nos últimos 16 anos.

Então, eu acho que a gente tem de aproveitar essas questões para se orgulhar, ao invés de a gente desvalorizar um equipamento que serve ao público.

Há problemas em alguns hospitais do ponto de vista de gestão? Tem. Nós estamos enfrentando um problema na gestão do Hospital Regional Costa do Cacaú. Cabe ao estado rearrumar isso para a gente poder dar um atendimento digno à população. Do mesmo problema, há o Hospital Metropolitano.

Isso não é uma questão específica dos hospitais públicos. Diversos hospitais privados, na Bahia, passaram e passam por problemas de gestão. Nós temos de fazer a correção. Mas nós não podemos desvalorizar os equipamentos públicos de qualidade como hoje tem na Bahia.

Sobre a Defensoria Pública e quem tem acompanhado, eu tenho conversado com todos os lados. Conversei com o governador, representante do Executivo; conversei com a Dr.^a Firmiane, defensora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia; e conversei com a Dr.^a Tereza, presidenta da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia. Está previsto, no Orçamento, os valores para as diversas instituições do estado.

O projeto da Defensoria Pública do Estado da Bahia é diferente desse do Ministério Público.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Os dois projetos do Ministério Público são projetos que não têm nenhum impacto econômico, porque um é de organização de gestão interna e o outro é para acompanhar o que nós votamos, na Casa, que foi a elevação da entrância de Serrinha e Cruz das Almas. O Ministério Público tem de se adaptar a essa nova realidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, eu quero agradecer, presidente, o encaminhamento.

Como são 15h30min, neste momento, se for assim o combinado com o deputado Alan, a gente dispensa os tempos para a gente poder votar já, por acordo, os dois projetos.

Tempo depois, a gente vai para a outra parte da sessão, que será a oitiva com as falas do ex-deputado Marcelo Nilo e do deputado Paulo Rangel.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, vou abrir, aqui, como está sendo tudo por acordo, um precedentezinho. O deputado Robinho vai falar por 5 minutos. Logo após o deputado Robinho, como as lideranças vão abrir mão dos tempos, a gente vai para a votação.

Com a palavra o deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, presidente, boa tarde, colegas, boa tarde, imprensa presente.

Eu ouvi alguns colegas relatarem sobre o problema da Coelba. Também, ouvi alguns colegas relatarem sobre a Viabahia. Eu pergunto o seguinte: essas concessões não têm controle? Não tem alguém que tenha o contrato que tenha a responsabilidade de controle? Porque eu vejo deputados da Base do Governo questionando a questão da Coelba.

O colega Robinson, quase xará, tanto falou da Coelba. A Coelba tem uma concessão de 20 anos, 30 anos. Dos 30 anos, 18 anos são do governo do PT. E o PT nunca regulou, nunca controlou, nunca fez uma vigília na manutenção da Coelba.

Lá, no Extremo Sul, por exemplo, hoje, a BR-101 está fechada, precisamente na Comunidade 31 de Março, divisa com o Espírito Santo. Naquela região, também, tenho um contato de uma empresa conhecida como Docebela. É uma empresa agrícola que planta mamão. Ela possui mais de 250 funcionários, e está tendo um problema sério com a energia no Extremo Sul. A energia é um problema nas regiões Sudoeste e Oeste da Bahia.

Enfim, a Coelba é um transtorno para o desenvolvimento da Bahia.

E eu pergunto o que o governo do estado, um governo de 18 anos, tem feito com relação ao acompanhamento dessa concessão? Eu acho que, meus colegas, a gente tem de criticar muito a Coelba. Isso é muito simples. Fugir do compromisso e da responsabilidade do estado com relação à Coelba, porque o estado é que tem o contrato direto com a Coelba.

E por que o estado não se impõe perante esse contrato?

É a mesma coisa a Viabahia. Eu vejo colegas deputados que batem continência para o governo e pediram para fazer um movimento na Viabahia. A autorização judicial deu 100 metros de distância do pátio! O deputado, na Bahia, está desmoralizado, pior do que sem-terra, porque os sem-terra entram na propriedade particular e fazem o que querem. O deputado não pode nem se manifestar, pois tem de ficar a 100 metros de distância do pátio da Viabahia.

E eu pergunto: cadê o governo do estado com relação à Coelba?

Colega e professor Raimundo, eu vi aqui quando você direcionou. Professor, eu imaginei que você ia fazer o mesmo discurso do meu colega Hilton, como perguntar pelos R\$ 310 milhões que o governo federal retirou das universidades federais do Brasil. O amor venceu. Mas eu não vejo nenhum reitor de universidade federal reclamar e questionar nada! Na Bahia, são 13 milhões a menos este ano, sem falar na inflação do período. O amor venceu.

Que Deus tenha misericórdia do povo do Brasil.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu ouvi, atentamente, o pronunciamento do deputado Robinho. Só para nível de informação, a Coelba tem a concessão para explorar os serviços de energia dada pelo Ministério de Minas e Energia, da União. Então, é uma concessão federal praticada no estado da Bahia, e não uma concessão de serviços do governo do estado.

A responsabilidade pela fiscalização é da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica.

Assim, a fiscalização sobre a rodovia pedagiada que maltrata os baianos é da ANTT, e não do governo do estado.

Esta Assembleia e os deputados têm se levantado na prerrogativa constitucional de fiscalizar os serviços públicos prestados.

Eu convido V. Ex.^a para, também, se somar a nós e fazer uma campanha permanente contra a renovação automática da concessão de prestação dos serviços de energia pela Coelba.

Mas Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu não tive oportunidade, pela manhã, no debate sobre os conselheiros, de falar sobre temas relacionados à indicação e ao perfil.

Eu tenho uma admiração pelos dois colegas indicados, porque o deputado Marcelo Nilo será sempre deputado. É uma pessoa que tem uma história no Parlamento. E tenho uma amizade de muito tempo com o deputado Paulo Rangel, um filho do povo, que nasceu em assentamento da Chesf, em Paulo Afonso. Eu diria

que é filho da Chesf. Ele desenvolveu sua carreira e trajetória como muitos dos nossos brasileiros: estudando para vencer os desafios da vida.

Recentemente, eu li argumentos que não correspondem à realidade do que está colocado no perfil do deputado Paulo Rangel. Em primeiro lugar, não é requisito do Regimento Interno ou da Constituição Estadual que o diploma de ensino superior seja necessário para fazer parte da Corte de Contas.

Creio que é mais um daqueles preconceitos das elites brasileiras que foram reproduzidos nas nossas cabeças, o qual diz que, para ocupar espaços de poder, tem de ter um anel de doutor. Temos o exemplo de Jaques Wagner, que não foi diplomado por nenhuma universidade, mas foi colocado entre os melhores governadores da Bahia e, hoje, é um senador que orgulha o nosso estado. Para dar um exemplo maior, temos o presidente Lula com seu inegável talento e capacidade de gerir o país, ainda que uma parte das pessoas não concorde com as suas posições. Então, para mim, essa questão vem dessa visão elitista que muitos de nós desenvolvemos em relação à ocupação dos espaços de poder.

O segundo argumento é que o deputado Paulo Rangel é uma indicação de petistas e que o PT indicou quatro conselheiros. Eu estou aqui... Nós votamos por unanimidade a indicação do deputado Nelson Pelegrino, que teve a subscrição de quase todos os deputados da Assembleia, pluripartidariamente.

Nós votamos a indicação do conselheiro Ronaldo, que nem filiação partidária tem e foi a indicação técnica do órgão; da conselheira Aline, também com a subscrição de 40 deputados de diversos partidos; e agora de Paulo Rangel. Então, Paulo Rangel foi indicado pela Bancada do PT, pela Bancada do PSD e por membros de diversos partidos, como: PP, MDB, PSB e PL.

Eu creio que essa tentativa de carimbar a candidatura de Paulo Rangel com...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: (...) um carimbo partidário não corresponde à realidade dos fatos. Ele foi, sim, indicado também pela Bancada do PT. Em reunião, nós, os nove deputados petistas, aprovamos de imediato a sua indicação pelo valor e pela competência que ele tem para representar a Assembleia na vaga do Tribunal de Contas.

Então, Sr. Presidente, eu faço questão de dar esse depoimento em nome da boa conduta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: (...) desse debate público e do perfil do deputado Paulo Rangel.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Robinho: Pela ordem, presidente. Presidente, pela ordem.

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Presidente, eu vou falar!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Presidente, só uma correção: quando eu me referi à Las Palmas Fruticola, conhecida como Docebela, eu falei que era produtora de mamão, mas, na realidade, é produtora de banana. Essa é a correção do meu pronunciamento.

Muito obrigado, Presidente. Correção taquigráfica, obrigado a vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan. Logo após, vamos colocar o projeto do Ministério Público.

O Sr. ALAN SANCHES: Veja bem, presidente e colegas, eu tenho acompanhado os deputados e deputadas falando da Coelba. Longe de mim querer ser defensor da Coelba, com a qual tenho, inclusive, minhas ressalvas. Eu posso falar – o deputado Sandro Régis também –, pois, há mais de 20 anos, minha família tem casa em Interlagos, e, todo final de ano, nós sabemos que teremos problema na Linha Verde com a questão da energia. Mas precisamos questionar: é a Coelba, ou é o governo do estado que, durante 18 anos, não apresentou melhorias na infraestrutura que seriam necessárias para o bom fornecimento de energia? Porque o que eu vejo aqui são os deputados da Base do Governo falando da Coelba, mas o governo do estado tem cumprido o que foi acordado durante todos esses anos de concessão? O governo tem dado a infraestrutura correta para que a Coelba pudesse liberar essa energia, pudesse fornecer através dessa concessão pública a energia?

Então, é muito fácil a gente tirar o dedo da seringa do governo do estado e colocar na concessionária. Só que isso não vai colar! Não vai colar, porque a população é extremamente inteligente e perspicaz.

Neste momento, eu percebo que querem diminuir, denegrir a concessionária porque a concessão está para ser, digamos assim, finalizada. Dessa forma, querem dizer: “Olha, prestam um mau serviço, porque quero colocar uma concessionária ligada a mim.” Estamos percebendo que o governo do estado quer denegrir a concessionária fornecedora de energia para que a gente possa ter uma outra concessionária aplaudida por toda a população. Mas isso não vai colar!

O governo do estado precisa, como falei, fornecer a infraestrutura adequada para que consiga, através da concessionária, dar um bom fornecimento de energia. Mas isso não se fala, isso não se discute na comissão! E a gente precisa... Eu tenho certeza que, depois do pronunciamento do deputado Robinho, que já chamou a atenção disso, e depois do meu pronunciamento, nós agora ficaremos atentos! Não vamos permitir, enquanto Oposição que, de alguma forma, o governo do estado faça essa manobra para poder escolher uma concessionária a seu bel prazer. Não será feito assim dessa forma.

Então, Sr. Presidente, o encaminhamento... Eu estava ali ao lado quando o deputado Rosenberg se pronunciava sobre os dois projetos do Ministério Público. Na semana passada, esses projetos já estavam para serem votados, mas nós não conseguimos manter a sessão aberta e, dessa forma, não chegamos ao momento da votação. Mas, hoje, a Oposição está de acordo, está alinhada para votar a favor dos dois projetos do Ministério Público que já foram explicados.

Aproveito também para saudar o Dr. Pedro Maia, o novo procurador-geral de Justiça, conhecido de todos nós, que era o chefe de gabinete.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, por acordo...

Fátima, pode ser depois do projeto do Ministério Público?

A Sr.^a Fátima Nunes (fora do microfone): Pode.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A gente vai ter a tarde toda aqui, até porque esse projeto vai ser votado em dois turnos. Pode ser?

A Sr.^a Fátima Nunes (fora do microfone): Pode.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, por acordo de lideranças, não serão usados os tempos dos partidos e das representações partidárias. Vamos direto para a Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Requerimento: (Lê) “*O Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e os líderes dos blocos da Maioria e da Minoria parlamentar com assento nesta Casa vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex.^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.694/2019, de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que reclassifica entrâncias de Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.*”

Sala das Sessões, 5 de março de 2024.

Deputado Rosemberg Pinto e deputado Alan Sanches.”

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto para relatar o projeto.

Esses projetos serão em duas votações. Então votaremos em primeiro turno e depois entraremos na questão do Tribunal de Contas dos Municípios. Logo após o encerramento da sessão, convocarei outra para votarmos em segundo turno esses projetos do Ministério Público.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: O Projeto de Lei nº 23.694/2019 reclassifica as entrâncias de Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.

O governador do estado da Bahia faz saber e a Assembleia decreta e sanciona a seguinte lei: (Lê) “*Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e*

Controle, ao Projeto de Lei nº 23.694/2019, de autoria do Ministério Público, o qual 'reclassifica entrâncias de Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.'

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Ministério Público, propondo a reclassificação, de Entrância Intermediária para a Entrância Final, das Promotorias de Justiça com sede nas comarcas de Cruz das Almas, Itapetinga e Serrinha.

Segundo registra o ofício encaminhado a esta Casa pela Ex.^{ma} Sr.^a Procuradora-Geral de Justiça, o projeto vem propor a reclassificação das Promotorias tendo o objetivo precípuo de 'trilhar na direção das alterações legais na estrutura dos órgãos do Poder Judiciário Estadual, haja vista o envio de Projetos de Lei pela Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia com semelhantes propósitos.'

Conforme prevê o parágrafo único do art. 1º, a reclassificação 'não acarreta a promoção automática dos Promotores de Justiça, sendo mantidos os atuais subsídios correspondentes à Entrância Intermediária'.

O Projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não haver quaisquer impedimentos quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente encaminhada pelo Ministério Público.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 5 de março de 2024."

Sr. Presidente, esse projeto tem o objetivo de atualizar aquilo que nós aprovamos na Casa com relação ao projeto oriundo do Tribunal de Justiça da Bahia quanto às entrâncias que foram elevadas. Nós precisamos fazer a atualização pelo Ministério Público para que tenham a mesma similaridade.

Por conta disso, é fundamental que esta Casa Legislativa continue cuidando da Justiça, do Ministério Público, para proteger o cidadão e a cidadã. Nesse caso, é mais do que justo cuidar desses municípios para que a gente possa dar uma estrutura mais adequada ao Ministério Público nesses três locais, garantindo um melhor atendimento à sociedade baiana.

Por isso, opino pela aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 23.694/2019, do Ministério Público,
em 1ª discussão.

PROJETO DE LEI Nº 23.694/2019

Reclassifica entrâncias de Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica alterado o Quadro do Ministério Público do Estado da Bahia, nos termos do art. 291 da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, mediante a reclassificação das Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária com sede nas comarcas Cruz das Almas, Itapetinga e Serrinha para Promotorias de Justiça de Entrância Final.

Parágrafo único. A reclassificação prevista no *caput* deste artigo não acarreta a promoção automática dos Promotores de Justiça, sendo mantidos os atuais subsídios correspondentes à Entrância Intermediária, asseguradas a posição na carreira e a permanência da atual classificação na lista de antiguidade, consoante o quanto determinado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 31, de 06 de junho de 2008.

Art. 2º – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Lembrando que esse projeto terá que ser votado duas vezes. Logo após o término desta sessão, convocarei outra em seguida para votar em segundo turno.

O próximo projeto é o (Lê) “*Projeto de Lei Complementar nº 155/2024, de autoria do Ministério Público, o qual ‘acrescenta os incisos e o parágrafo 4º ao art. 29; altera o art. 55 e os parágrafos do art. 124, todos da Lei de Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996.’*”

Sala das sessões, 5 de maio de 2024.

Deputado Rosemberg Pinto e deputado Alan Sanches.”

Para relatar, deputado Vitor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Vitor para relatar.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, passo a relatar no âmbito (Lê) “*Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei Complementar nº 155/2024, de autoria do Ministério Público, o qual ‘acrescenta incisos e o parágrafo 4º ao art. 29, altera*

o art. 55 e os parágrafos do art. 124, todos da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996.”

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Ministério Público Estadual, ‘voltado à modernização da dinâmica participativa dos membros da carreira nos quadros diretivos e na assunção de encargos típico da estrutura de carreira, conforme registra o ofício encaminhado a esta Casa pela Ex.^{ma} Sr.^a Procuradora-Geral de Justiça, Sra. Norma Cavalcante, no qual ressalta ainda que ‘pretende-se alterar na Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia a exigência de alcançar a mais elevada entrância, como um único critério para ser viável a designação para cargos em comissão, colegiados institucionais, dentre outros, de sorte a incluir, também, a possibilidade de designação de membros com mais de 10 anos de carreira no Ministério Público Estadual.

O projeto não recebeu nenhuma emenda, e considerando que encontra-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não haver ainda quaisquer impedimentos quanto ao seu mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente encaminhada pelo MP.

É o parecer, salvo melhor juízo.”, Sr. Presidente.

(Não foi revisto por orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado o PLC nº 155/2024, em 1ª discussão.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2024

Acrescenta incisos e o § 4º, ao art. 29, altera o art. 55 e os §§ do art. 124, todos da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – A Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 15 ...

XXXVII - convocar Procuradores de Justiça ou Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira para prestarem,

temporariamente, serviços à Procuradoria-Geral de Justiça ou ocupar cargos de confiança;

...

Art. 22 ...

...

§ 2º - ...

...

III - apuração pública, logo após o encerramento da votação, por comissão de 3 (três) componentes designados pelo Procurador-Geral de Justiça, todos da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira, sob sua presidência, com a proclamação imediata dos eleitos;

Art. 29. Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público:

....

V-A - celebrar transação administrativa disciplinar e o termo de ajustamento de conduta disciplinar, antes da instauração de processo administrativo disciplinar ou durante o seu trâmite, até findo o prazo para oferecimento das razões finais, de ofício ou por provocação do interessado, quando da hipótese de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, assim considerada, quando a conduta é punível com advertência e censura;

V-B - regulamentar a aplicação da transação administrativa disciplinar e o termo de ajustamento de conduta disciplinar, que contemplará medidas alternativas ao processo disciplinar administrativo ou à sanção disciplinar aos membros;

....

§ 4º A celebração da transação disciplinar e o termo de ajustamento de conduta disciplinar de que trata o inciso V-A, suspende o processo administrativo disciplinar, ficando vedada a prática de qualquer ato de instrução, salvo antecipação de provas urgentes, cuja irrepetibilidade possa gerar prejuízo irreparável. (NR)

Art. 30. O Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado pelo Sub-Corregedor-Geral do Ministério Público, escolhido dentre os Procuradores de Justiça, que o substituirá nos afastamentos e impedimentos, e por Procuradores ou Promotores de Justiça, da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira, em número de 05 (cinco), por ele indicados e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

...

§ 4º - A Corregedoria-Geral do Ministério Público terá sua própria Secretaria, chefiada por Promotor de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira, indicado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, dentre os Promotores de Justiça Corregedores.

...

Art. 38. ...

...

III – solicitar ao Procurador-Geral de Justiça, em caso de licença de Procurador de Justiça ou afastamento de suas funções junto à Procuradoria de Justiça, por período superior a 30 (trinta) dias, que convoque Promotor de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira para substituí-lo;

...

VII – solicitar ao Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, a indicação de Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira, para, em caráter transitório, auxiliar o trabalho das Procuradorias de Justiça.

Art. 45. ...

§ 1º – Poderão ser designados Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira para prestar serviços junto aos Centros de Apoio Operacional.

...

Art. 47. A direção de Centro de Apoio Operacional será exercida por Coordenador, escolhido dentre os Procuradores ou Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira.

...

Art. 50. ...

...

§ 2º – A Diretoria é composta por 1 (um) Diretor, dentre os Procuradores ou Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira, de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.

...

§ 7º – O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional poderá, ainda, ser integrado por Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira e estagiários do Ministério Público designados pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho.

...

Art. 54. O Gabinete do Procurador-Geral de Justiça terá como Chefe de Gabinete Procurador ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira, de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça, incumbindo-lhe o exercício das atribuições que lhe forem delegadas.

Art. 55. A Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça será constituída de Procuradores e Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira, em número definido no ANEXO II desta Lei Complementar, todos de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça, compreendendo as Assessorias Jurídico-Administrativa e Judiciária.

Art. 56 – Funcionarão junto à Secretaria Geral do Ministério Público o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto, escolhidos livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, entre os Procuradores ou Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou com mais de dez anos na carreira, cabendo-lhes as

atribuições que lhes forem conferidas nesta Lei e por ato normativo, além da organização dos expedientes administrativos encaminhados à chefia da Instituição.

...

Art. 124 ...

§ 1º – O membro do Ministério Público removido voluntariamente somente poderá se habilitar a nova remoção após o decurso de 1 (um) ano, contado da data do efetivo exercício nas novas atribuições.

§ 2º – Fica facultada a remoção interna para outra Promotoria de Justiça da mesma comarca sempre que um cargo vagar ou novo for criado, não se aplicando a restrição constante do parágrafo anterior, desde que o benefício seja utilizado apenas uma vez na mesma comarca.

§ 3º – Publicado o ato de remoção interna, o membro do Ministério Público removido internamente entrará automaticamente em exercício, no mesmo dia, ficando-lhe vedada a renúncia (NR)

§ 4º – A apreciação, pelo Conselho Superior do Ministério Público, da remoção interna precederá os pedidos de promoção ou remoção, obedecidos os mesmos critérios de provimento para a vaga remanescente (NR).

...

Art. 153 – O membro do Ministério Público convocado ou designado para auxiliar ou para substituição, em entrância superior, terá direito à diferença de vencimentos entre o seu cargo e o que ocupar.

Art. 2º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já foi votado em Plenário.

Parlamentar não identificado: Qual é o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É o Projeto de Lei Complementar nº 155/2024.

Com a palavra a deputada... Antes de irmos para a votação...

Srs. Líderes, os deputados já estão todos a postos para começarmos a votação?

Líderes, deputado Alan Sanches e deputado Rosemberg; os senhores interessados, deputado Paulo Rangel...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo Rangel, o sempre deputado Marcelo Nilo, V. Ex.^{as} que são os dois interessados em resolver essa questão nesta tarde – claro, além da Casa –, gostaria de saber se os eleitores devidos dos dois já estão a postos.

O Sr. Paulo Rangel (fora do microfone): Sim, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, vamos começar.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, era isso que eu...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem. É isso que eu gostaria de chamar a atenção...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, só 1 minuto.

Os Srs. Deputados que estão em outras dependências desta Casa, que estão nos gabinetes, as assessorias dos mesmos... Se por acaso os deputados não estiverem na Casa, se estiverem na governadoria, em outras secretarias ou em outros ambientes, liguem para eles, peçam que se dirijam ao Plenário, pois vamos começar a votação do Tribunal de Contas dos Municípios, a qual vai definir, nesta tarde, o futuro conselheiro daquela corte.

Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, na linha que V. Ex.^a está chamando: ou os meus olhos estão me traindo... Estou achando o Plenário vazio, por isso solicito a V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Para a continuidade da sessão, não, porque já tem mais de 21.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Mas se a gente vai poder...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou chamar, se me permite, deputado Rosemberg, deputado Alan...

O Sr. Alan Sanches: Se V. Ex.^a pudesse apagar o painel para que a gente soubesse exatamente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem está faltando!

O Sr. Alan Sanches: (...) quem está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Claro!

O Sr. Alan Sanches: Eu acho que é de comum acordo com o deputado Rosemberg que não tem...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Alan Sanches: Só para que a gente saiba.

O Sr. Rosemberg Pinto: Certo.

Presidente, eu acho que o deputado Alan tem razão com relação... Essa é uma votação qualificada e cada candidato precisa ter 32 votos para obter sucesso. Então, eu acho que ao invés... Nós ainda vamos ter 20 minutos para a fala dos dois postulantes, então a minha sugestão...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas o ideal é que todos os eleitores ouçam os dois postulantes.

Deputado Rosemberg, acho que não custa nada nós chamarmos um a um para ver quem está faltando.

Por favor, zerem o painel.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, eu concordo com o encaminhamento do deputado. Eu acho que, enquanto vão chegando os deputados, dá para a gente ouvir o deputado Marcelo Nilo ou o deputado Paulo Rangel. Eu só estou preocupado com a votação, mas a gente ainda tem 40 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O ideal é que todos ouçam.

Por favor, zerem o painel.

Srs. Deputados, eu peço que todos os presentes marquem suas presenças para vermos os faltosos neste momento.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, eu gostaria de pedir a todos os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho, que se encontram em seus gabinetes para se fazerem presentes, para darem a presença aqui. Como é uma sessão que está muito acordada entre Maioria e Minoria, não há o objetivo de derrubar a sessão, ou de impedir a votação. O espírito é de avaliar a quantidade dos parlamentares, uma vez que é uma votação que depende do voto qualificado.

Então, eu queria pedir a todos os deputados da Base do Governo e da Base da Oposição que se façam presentes para que possam atender a essa verificação da presença dos parlamentares neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Eu vou chamar os deputados que não deram a presença: deputado Antonio Henrique; deputado Bobô... Deputado Bobô, os quatro deputados do PCdoB vão se fazer ausentes. Deputado Cafú Barreto; deputado Diego Castro; deputado Eduardo Alencar; deputada Fabíola Mansur; deputado Felipe Duarte; deputado Hilton Coelho.

O Sr. Cafú Barreto: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Cafú, presente.

Por favor, marque a presença, Cafú.

Deputada Ivana Bastos.

Eu peço aos Srs. Deputados que não saiam do Plenário para a gente tentar agilizar.

Deputado José de Arimateia – estava aqui há pouco; deputado Jurailton Santos; deputado Leandro de Jesus; deputado Marcinho Oliveira; deputada Ludmilla – está ausente por questão de saúde; deputado Matheus Ferreira; deputada Olívia Santana – Olívia é PCdoB, ou seja, não estará; deputado Pablo Roberto; deputado Patrick Lopes; deputado Paulo Rangel; deputado Pedro Tavares; deputada Soane Galvão.

Por favor, peço às assessorias dos deputados ausentes, que estou chamando, para que entrem em contato com os Srs. Deputados.

Deputado Diego Castro; deputado Eduardo Alencar; deputada Fabíola Mansur; deputado Matheus Ferreira; deputado Pablo Roberto; deputado Patrick – está na Casa; deputado Eduardo Alencar.

Eu peço aos Srs. Deputados que não saiam do Plenário para a gente tentar agilizar a votação.

Deputado Matheus Ferreira!

Parlamentar não identificado: Acabou de chegar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Soane Galvão também chegou.

Deputado Antonio Henrique Jr., V. Ex.^a é um dos poucos a chegar ao Plenário.

Deputado Eduardo Alencar, dê a presença, por favor; deputado Patrick; deputada Fabíola Mansur.

Faltam apenas três deputados. Claro, sem contar os quatro do PCdoB que não virão para a votação. Faltam três deputados para a gente poder começar a votação: deputado Antonio Henrique, deputado Diego Castro...

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): O deputado Diego está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas não está no Plenário.

Deputado Matheus, deputado Pablo Roberto.

Pois não, vamos começar a votação!

Deputada Fabíola, mais uma vez.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fátima Nunes. Vai falar, deputada Fátima? Assim que a deputada Fátima, que tinha solicitado falar no Pequeno Expediente...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur (fora do microfone): Cheguei, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola, já tomou falta.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fátima, um minuto.

Olha, a deputada Fátima queria falar no Pequeno Expediente, houve um probleminha, então só ela vai se pronunciar. Logo após, nós vamos deixar os candidatos usarem da palavra por 10 minutos. Dez minutos para o deputado Marcelo; 10 minutos para Paulo Rangel.

Deputada Fátima Nunes por 5 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas deputadas, hoje é uma sessão bastante importante, porque daqui a pouco vamos fazer a votação para escolher o conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios. Eu quero saudar o nosso colega, o deputado Paulo Rangel, que foi sabatinado na CCJ nesta manhã. Podemos perceber a sua competência, a sua boa vontade, o seu jeito próprio de se relacionar com a Casa, recontando a sua história, o seu trabalho social e político. Ele vai assumir essa nova missão com o compromisso de desenvolver naquela Casa toda a competência que a função requer.

De antemão, desejo boa sorte! Sei que daqui a pouco votaremos. O outro concorrente aqui presente, o ex-deputado Marcelo Nilo, certamente irá se pronunciar também.

Nesta tarde, eu quero dizer que estamos hoje no dia 5 de março. O mês de março é consagrado pelos 92 anos que nós, mulheres, passamos a ter o direito de votar e de sermos votadas. Por isso mesmo, todos os órgãos e todos os movimentos sociais certamente farão um chamamento importante nas suas instituições, nas suas sedes, mas também na praça pública de todos os municípios onde o movimento de mulher está ativo e participativo, porque nós queremos sempre ter mais mulheres...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: (...) na política, participando, aqui, na Casa e construindo esse direito que é nosso. Lugar de mulher é onde ela quiser! Lugar de

mulher é aqui aumentando a nossa bancada de deputadas estaduais, e, naturalmente, federais também.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, eu peço que ninguém saia do Plenário para votarmos o mais rápido possível.

Suspenderei a sessão, mas durante o discurso dos dois candidatos... Para iniciar por 10 minutos, o ex-presidente dessa Casa e ex-deputado por tantas legislaturas, o deputado Marcelo Nilo.

Ex-deputado Marcelo Nilo, tudo que ele quiser a gente vai atender. Você quer que o deputado Paulo fale primeiro, é isso?

O Sr. Marcelo Nilo (fora do microfone): Você não se meta aqui não. Você não se meta aqui não. Lá eu falei primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marcelo, não tem esse negócio de se meter, o presidente é quem decide. Então, eu peço calma, eu peço calma, até porque daqui hoje só vai sair um vencedor. Alguém vai ter de ter sangue frio para saber...

O Sr. Marcelo Nilo: Presidente, questão de...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marcelo, calma, calma, eu peço calma aos dois candidatos. Um vai sair vencedor; o outro não será perdedor, faz parte, deixou de ganhar. Então, calma, porque, com certeza absoluta, é a lógica, um vai ganhar, o outro não vai ser escolhido neste momento.

Deputado Paulo Rangel, V. Ex.^a tem problema em iniciar o seu discurso?

O Sr. Paulo Rangel (fora do microfone): Faz um sorteio.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, vamos tirar no palitinho. Pegue três palitinhos, por favor. Vou fazer um sorteio aqui.

O que os líderes decidem?

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Eu acho que o mais justo, já que não se chegou a um consenso, é um sorteio.

O Sr. Marcelo Nilo (fora do microfone): Faça um sorteio.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem ele tirar primeiro vai iniciar o discurso.

(O Sr. Presidente procede ao sorteio.)

Vocês leem porque eu estou sem enxergar.

Rosemberg é terrível. (Risos)

Com a palavra o deputado Marcelo Nilo.

Eu acho que a ordem não altera em nada, a Casa já conhece os dois de sobra.

O Sr. Marcelo Nilo: Presidente, antes de começar o meu discurso, claro que altera. Na comissão, eu falei primeiro, dizendo que aqui eu falaria por último, mas tudo bem. Vou começar agora. Marque o meu tempo, por favor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero saudar, aqui, o líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, que, diga-se passagem, teve uma postura muito correta durante esse processo. Em sua pessoa eu saúdo todos os deputados da Base do Governo.

Saudar meu querido amigo deputado Alan Sanches. Em seu nome eu saúdo todos os deputados da Base da Oposição. Amigo pessoal que me ajudou muito na caminhada desta eleição.

Quero saudar todas as deputadas da Base da Maioria, saudando a deputada mais bem votada da história da Bahia, deputada Ivana Bastos. Quero saudar a deputada Kátia Oliveira, da Base da Oposição.

Quero saudar todos os deputados novos, saudando aqui o deputado Penalva, e em seu nome eu saúdo todos os que fazem o Parlamento baiano.

O homem é fruto das circunstâncias, o homem e suas circunstâncias. Jamais imaginei estar aqui, neste momento, na Casa do Povo, solicitando a S. Ex.^{as} o apoio para que eu assuma o honroso cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia. Por que jamais imaginei? Porque passaram, Sr. Presidente, oito cargos do TCE e do TCM e eu nunca pleiteei um. Por diversos motivos, e eu cito dois. Primeiro, porque eu jamais exerceria a força de presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para assumir um cargo vitalício no TCE ou no TCM. Segundo, jamais renunciaria ao meu mandato de deputado eleito pelo povo da Bahia para assumir um cargo, mesmo o honroso cargo do Tribunal de Contas dos Municípios. Mas por que eu estou aqui, hoje, solicitando de V. Ex.^{as} o apoio para ser conselheiro? Por diversos motivos. Primeiro, porque eu posso dizer aqui em alto e bom som: V. Ex.^{as} estão de parabéns, estão escolhendo alguém que viveu e conviveu nesta Casa. Quero dizer que V. Ex.^{as} devem votar naquele que tem a cara do Legislativo baiano, aquele que tem a cara da Assembleia Legislativa do nosso estado, aquele que vai para o tribunal e dirá: este é o verdadeiro representante da Casa do Povo, da Casa dos iguais, e os iguais aqui são muito diferentes, meu caro deputado Pancadinha.

Por isso eu estou aqui, hoje, pleiteando a V. Ex.^{as} na Casa onde eu tive as maiores emoções políticas da minha vida. Naquela cadeira, eu dei posse a 2 governadores, Rui Costa e Jaques Wagner; dei posse a 2 vice-governadores, João Leão e Otto Alencar; entreguei a Comenda Dois de Julho ao então ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio; entreguei a Comenda Dois de Julho a Ariano Suassuna; entreguei a Comenda Dois de Julho a Dominginhos, a Genival Lacerda e a tantas figuras importantes que passaram por este Parlamento quando eu era presidente. Na minha sala em um mesmo momento estavam 5 governadores, deputada Maria del Carmen, estavam 16 senadores, deputado Zé Raimundo, estavam centenas de deputados federais quando fizemos aqui a missa de 30º dia do falecimento de Antonio Carlos Magalhães.

Portanto, eu tive grandes emoções na minha vida neste Parlamento, mas quero dizer aqui, em alto e bom som, hoje, sem dúvida, é o dia mais importante da minha vida pública, porque aqui será o divisor da minha continuidade na vida pública ou o encerramento de uma carreira de um homem que nasceu na roça, que nasceu no Sertão, que chegou a este Parlamento com a cabeça erguida. E passei 16 anos na Oposição; 10 anos como presidente da Assembleia; 28 anos como deputado estadual; 4 anos como deputado federal; fui governador interino. Mas o que mais me honra é ter sido escolhido pela imprensa da Bahia 14 vezes, vou repetir, deputado Laerte, 14 vezes consecutivas como o melhor deputado deste Parlamento.

Portanto, eu estou aqui, hoje, solicitando a V. Ex.^{as}, humildemente, que me ajudem a ser conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios.

Quero dizer que, se eu for conselheiro, eu usarei a minha experiência política para fazer daquele tribunal um tribunal educativo, pedagógico e preventivo, em vez de ser apenas corretivo, reprovando as contas dos prefeitos e dos presidentes das câmaras.

Quero dizer em alto e bom som: se eu for conselheiro, V. Ex.^{as} terão a porta aberta, porque eu sempre disse: você só deve ser político se você gostar de gente. Você só deve ser político se você tiver noção exata do nosso papel, meu querido deputado Angelo Coronel Filho.

Minhas amigas e meus amigos, a Bahia conhece a minha história. Eu fui aliado do PT por 31 anos. Jacques Wagner uma certa vez me disse... aliás, está aqui, no meu celular: “Marcelo, a nossa aliança é, sem dúvida nenhuma, a aliança mais bonita, uma das mais bonitas da história da Bahia. Você, presidente de um poder, e eu, governador.” E nós trabalhamos durante 8 anos em defesa do nosso estado.

Todo mundo sabe do apreço e da gratidão que eu tenho ao PT. Foram 31 anos de aliança. Mas eu quero perguntar aqui em alto e bom som: é justo que apenas um partido tenha quatro conselheiros consecutivos? O PT terá quatro conselheiros consecutivos se o deputado Paulo Rangel ganhar.

Hoje eu vi a entrevista do meu querido amigo, deputado Paulo Rangel, no *BNews*, dizendo o seguinte: “Eu não sou candidato do PT!” Vou repetir! Está no *Bnews* o deputado Paulo Rangel dizendo: “Eu não sou candidato do PT!” Até o próprio Paulo Rangel não aceita que se tenha quatro conselheiros consecutivos num colegiado de sete. E V. Ex.^{as}, que vão estar na cabine, julguem se o deputado Paulo Rangel é do PT.

O deputado Paulo Rangel é meu amigo pessoal. Pela primeira vez na história da Bahia, tivemos uma disputa sem nenhuma crítica. Não fiz nenhuma crítica ao meu querido amigo Paulo Rangel. Não fiz nenhuma crítica e nem recebi nenhuma crítica! Eu estou apenas contando um fato! Vou repetir: deputado Paulo Rangel, hoje, na sabatina, disse que não é candidato do PT! Até o próprio Paulo Rangel reconhece que nós não podemos botar quatro conselheiros do PT. Por que só do PT? Primeiro, o deputado Nelson Pelegrino, que dispensa a apresentação. Depois, a conselheira Aline Peixoto, esposa do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, que, diga-se de passagem, faz um bom trabalho naquele tribunal. Também dispensa a apresentação. Ronaldo Sant'Anna, que 12 ou 13 auditores escolheram aquele que era

filiado ao Partido dos Trabalhadores em Alagoinhas. E agora vem Paulo Rangel! Por que só pode ser do PT? Por que não pode ser do PSB? Não pode ser do PSD? Não pode ser do PV? Por que não pode ser do PP? Por que não pode ser do Avante? Por que não pode ser do MDB? Tem de ser do PT? Ele já tem a força política no Brasil! Já tem a força política no estado! E agora quer controlar o Tribunal de Contas dos Municípios.

Por isso, eu gostaria de dizer em alto e bom som: não é justo! Antonio Carlos Magalhães, quando era o todo poderoso da Bahia, que mandava na Bahia, as vagas dos conselheiros: Jutahy Magalhães indicava um; Lomanto indicava um; Rui Bacelar indicava um; Nilo Coelho indicava um; Luiz Viana indicava um. Claro que Antonio Carlos tinha a maioria. Agora, ele não tinha a unanimidade.

E quero dizer aqui em alto e bom som, quero dizer aos companheiros e companheiras, na Casa da proporcionalidade, eu quero ser conselheiro para continuar servindo à Bahia. Se eu ganhar, serei conselheiro. Deputado Paulo Rangel, meu amigo, deputado respeitado continuará sendo deputado. Não terá prejuízo nenhum. No próximo ano teremos mais quatro vagas. Quatro vagas. Com certeza, o deputado Paulo Rangel estará numa destas. Eu só poderei disputar esta vaga, porque nas próximas eu já passei dos 70 anos.

Portanto, eu vou concluir, Sr. Presidente, dizendo em alto e bom som: o homem público tem que ter responsabilidade dos seus atos. Eu nunca imaginei na vida chegar até onde cheguei, mas cheguei com muita luta, com muitas dificuldades. Eu sou um homem que chegou a Salvador em 1973. Morei em pensionato, estudei em escola pública. Trabalhava de dia, estudava de noite; trabalhava de noite, estudava de dia. Porque naquela época meu pai tinha quatro filhos aqui, em Salvador. Hoje, uma é desembargadora, outra é advogada e o outro é médico. Todos cresceram na vida pelas orientações educacionais que nós tivemos da nossa saudosa mãe e do nosso saudoso pai.

Concluo, fazendo, aqui, um pedido a cada um de vocês, com toda a humildade e com todo o respeito que eu tenho pelo meu amigo deputado Paulo Rangel, amigo de longas datas, parceiro, companheiro dos momentos bons e, principalmente, dos momentos difíceis...

Naquela cabine só estará você, sua consciência e Deus. Quero, aqui, dizer, para concluir, que não sou candidato da Base da Oposição, nem da Base do Governo. Aqui não está a disputa Oposição e Governo, não. Aqui está a disputa: a hegemonia do PT ou um deputado independente. Repito, se eu ganhar, o governo não está perdendo.

Quero, aqui, parabenizar o governador Jerônimo Rodrigues, que não deu um único telefonema para deputado pedindo voto. Quero parabenizar o senador Otto Alencar que... eu não me lembro, eu não ouvi falar se ele ligou para algum deputado pedindo voto. Quero parabenizar o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, porque teve um deputado que o procurou e perguntou em quem votar e ele disse: "Rapaz, eu estou com tantos problemas que não vou me meter na Assembleia". Jacques Wagner, não conheço um único deputado a quem ele telefonou pedindo. Portanto, eu gostaria muito de parabenizar todos esses quatro, que são lideranças e que tinham o

direito de pedir, mas exerceram suas funções para deixar a Assembleia Legislativa livre, soberana.

Que V. Ex.^{as}, os 63 parlamentares, decidam o que é melhor para a Bahia. Peço que vocês escolham aquele que, com certeza... Eu, Marcelo Nilo, vocês sabem que eu era um dos primeiros deputados a chegar aqui. V. Ex.^{as}, que conviveram comigo, são testemunhas, era um dos primeiros deputados a chegar aqui, era um dos deputados a seguir...

Presidente, só para concluir, quero dizer o seguinte: no meu discurso de posse como presidente, no meu primeiro mandato... Aqui existia uma tradição que, deputado Ricardo, deputado Antonio Henrique, deputado Euclides Fernandes, um deputado para falar com o presidente da Casa, com o presidente da Assembleia, eram necessários 2, 3 dias de antecedência. Eu me lembro que Antonio Imbassahy marcou com 4 dias de antecedência para me receber.

Certa vez o deputado Eliel Martins, saudoso Eliel Martins, que foi o meu primeiro presidente, me telefonou às 23 horas: “Sabe, Marcelo, eu o recebo amanhã, às 15 horas, numa deferência a você, porque você é um deputado da Oposição, mas um grande negociador”.

Quando eu assumi, eu disse: esta Casa é dos 63 parlamentares. Quem quiser falar comigo não precisa nem anunciar à secretária. Chegue lá, abra a porta e entre. Diga-se de passagem, o ex-presidente Angelo Coronel, o ex-presidente Nelson Leal e o atual presidente, Adolfo Menezes, mantiveram essa decisão. Eu sempre disse aos meus funcionários que aqui não havia apenas um chefe, tínhamos 63 para servir ao nosso estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço humildemente o apoio para que eu seja conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

Obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Marcelo Nilo.

Com a palavra, agora, o deputado Paulo Rangel.

Pode marcar os 10 minutos, mas, claro, o deputado Paulo Rangel pode usar o tempo que achar conveniente, como o deputado Marcelo Nilo usou.

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, amigos e amigas da imprensa, pessoas que hoje ocupam as Galerias Paulo Jackson, quero saudar todos e dizer que hoje é um dia de festa, é um dia de festa da democracia. O governador Jerônimo e o presidente Adolfo estão de parabéns por possibilitarem uma autonomia a esta Casa que há muito tempo, que há muitos anos nós não víamos.

Temos aqui uma disputa entre dois deputados: um ex-deputado, mas que foi deputado por oito vezes e presidente desta Casa, e um deputado no exercício do seu mandato. E é um dia festa, Sr. Presidente.

E eu podia iniciar ou procurar fazer do meu discurso uma peça de desmonte do discurso que aqui foi feito anteriormente. Mas eu não vou buscar fazer esse

discurso. Vou procurar fazer um discurso positivo, propositivo, afirmativo dentro daquilo que sempre pautou o meu comportamento nesta Casa.

Eu não decidi em nenhum momento renunciar ao mandato de deputado estadual para ser conselheiro, eu fui buscado por meus pares do PT, do PSD, do PSB – aqui nós temos grupos informais, do G8, do G+ – e, inclusive, deputados da Oposição. E não foi a primeira vez, deputado Eures, esta foi a terceira vez que eu fui aconselhado a ser conselheiro. Desta vez eu decidi ouvir a proposta, eu decidi me prestar a esse propósito. Decidi porque eu entendo que o tribunal passa por um momento de modificação administrattiva, cultural e, por que não dizer, comportamental e político. O tribunal começa a assumir um posicionamento mais razoável, mais mediador, mais propositivo.

E quando eu decidi colocar meu nome para ser um possível conselheiro, eu decidi entendendo que poderia qualificar o trabalho no tribunal, que poderia também ajudar a qualificar o papel do tribunal na sociedade, tendo uma atuação, sim, como auditor, mas tendo também uma atuação, deputado Niltinho, orientadora, uma atuação, deputado Alan, pedagógica, uma atuação que buscasse, inclusive, agir de forma cautelar, apontando erros e ajudando, deputado Euclides, a corrigi-los. É assim que eu vejo o papel do tribunal. E decidi que eu mudaria de papel na minha vida pública porque entendo a importância daquele espaço.

Se nós não temos, deputado Hilton, deputado Zé Raimundo, hoje, talvez, um trabalho tão qualificado nas prefeituras municipais, talvez seja pela ausência do nosso tribunal. Talvez seja pela ausência do tribunal, deputado Rogério, no exercício de um papel pedagógico, e não naquele papel que o tribunal exercia, um papel punitivo, rejeitando contas, chegando ao absurdo de, em um determinado ano, que eu não lembro, só aprovar uma única conta na Bahia sem nenhum tipo de restrição.

Pude ir a Minas Gerais com a deputada Fabíola e com outros deputados, compondo uma comissão, com o deputado Nelson Leal. E, em Minas Gerais, era o contrário: 60% dos prefeitos tinham as suas contas, Marquinho, aprovadas e sem restrição; 15%, com ressalvas; e o restante, recusadas. Olhem a diferença!

O tribunal tem mudado e eu posso ajudar nessa mudança, não sendo leniente com a corrupção, mas tendo uma atuação voltada para as tomadas de contas, buscando fazer correções. Não serei aquele conselheiro que aplica multas, retroalimentando a corrupção.

Já houve prefeito, deputada Cláudia, V. Ex.^a que é gestora, que já recebeu multas de mais de R\$ 10 milhões.

Deputado Eures, V. Ex.^a que já foi prefeito, nós sabemos da responsabilidade, do temor, muitas vezes, que alguém candidato a prefeito tem de encerrar seu mandato e, por mais probo, por mais honesto que seja, passar o resto da vida respondendo a processos, deputado Roberto Carlos, que talvez venha a se tornar prefeito de Juazeiro.

É esse o trabalho que eu quero fazer. Eu quero aproximar a Escola de Contas dos gestores. Nós temos que fornecer, inclusive, eu não diria só cursos de formação, porque as pessoas que se tomam prefeitos elas, muitas vezes, são bem formadas, mas não estão bem informadas...É assim que eu pretendo atuar, junto com os meus

amigos, junto com meus futuros colegas conselheiros, naquela corte de contas, fazer com que esse trabalho seja um trabalho diferenciado.

Quero também dizer que não sou candidato a conselheiro de partido algum, não sou candidato a conselheiro do Partido dos Trabalhadores. Nós sabemos, principalmente os mais antigos desta Casa, como o deputado Sandro Régis, que não é isso que qualifica, não é a camisa partidária que qualifica um possível candidato dentro desta Casa para ser conselheiro.

Não sou conselheiro de nenhum partido, contei com apoio, sim, contei com o apoio de pessoas ilustres na política da Bahia. Contei com o apoio admitido, claro, do senador Jaques Wagner; contei com o apoio, claro, do ministro Rui Costa; contei com o apoio, mais contido, do governador Jerônimo porque, naquele momento, quis dar autonomia a este Parlamento, como nós gostaríamos de ter.

Contei com o apoio do ex-deputado Carletto, mas contei, principalmente, com o apoio dos meus pares, com o apoio daqueles que fazem parte do Governo, de parte daqueles que fazem parte da Oposição. E hoje me sinto candidato desta Casa, me sinto candidato da sociedade e, se eu for conselheiro, me sentirei candidato de um todo.

Não vou ver conta de prefeito, deputada Maria, não vou ver conta de presidente de câmara, de vereadores, pela capa da apresentação, pela coloração partidária, pela coloração ideológica, nós vamos fazer um trabalho técnico, com certo rigor, mas procurando corrigir. É assim que nós vamos exercer o nosso mandato.

Mas quero terminar o meu discurso dizendo: estou tendo hoje o prazer de fazer essa disputa com o deputado Marcelo Nilo, uma pessoa que gosto como amigo, que admirei como parlamentar, uma pessoa que sempre zelou pelo bom encaminhamento desta Casa, é um orgulho para mim fazer essa disputa com o deputado Marcelo Nilo.

Quero aqui também fazer, neste momento, um agradecimento todo especial a uma das pessoas mais especiais da política deste estado, uma pessoa que iniciou a sua vida política ainda no século passado, mas se tornou, inclusive, um dos símbolos da política na Bahia, ainda mais em pleno século XXI, que foi o deputado Otto Alencar, que tive com... Tenho a vaidade, tenho o orgulho de ter tido o apoio público dele divulgado na imprensa.

Portanto, eu sou candidato, de assinatura, de uma parte, mas me sinto candidato de praticamente um todo. Mas, finalizado o processo, eu serei candidato de um todo, e ninguém vai precisar bater na porta para poder entrar, as portas do nosso gabinete estarão abertas para todos vocês, para todos os presidentes de câmaras, vereadores e gestores municipais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Srs. Deputados.

Vamos voltar à sessão e explicar o rito da votação, qualquer deputado que tiver alguma dúvida pode vir aqui conferir. Nós temos aqui a cédula com os dois

nomes em ordem alfabética, começando com o deputado Marcelo, o deputado Paulo Rangel vem a seguir.

V. Ex.^{as} estão acostumados à votação, tem que ser a marcação de apenas um quadro, se marcar nos dois quadros, claro, o voto será nulo. Se, por acaso, os deputados finais tiverem algum problema na hora de votar, nós temos cédulas de reserva, caso haja uma necessidade. Cada cédula tem a assinatura deste presidente e dos secretários da Mesa (os deputados Marcelinho Veiga e Samuel Junior), o.k.?

Vamos iniciar a votação.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só 1 minuto.

(O candidato Marcelo Nilo se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Claro, para não anular o voto, pedimos também que o deputado tenha o cuidado de não pegar duas cédulas juntas e de votar só em uma.

Outra coisa...

(O deputado Rosenberg Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, deputado Rosenberg, se vierem 64 votos, claro, só vão ser computados 63, mas não tem como saber quem votou. Correto? Concordam? Os 63 não...

O Sr. Alan Sanches: Os 58.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É, os 58, porque o PCdoB e a deputada Ludmilla não estão presentes. Correto?

(...) Então, os envelopes também estão rubricados pelo presidente, pelo deputado Marcelinho e pelo deputado Samuel Junior.

Pois não, deputado Rosenberg, deputado Alan, alguma reparação?

O Sr. Rosenberg Pinto: Não.

Sr. Presidente, eu conversava com o deputado Alan que em toda votação secreta e votação em cédula sempre há uma discussão depois, e nós conversávamos aqui para evitar qualquer tipo de questionamento. Após o término da votação, validado o resultado, admitido o resultado pelos dois postulantes, essas cédulas devem ser trituradas e tal para evitar qualquer tipo de questionamento pós-votação. As cédulas, pelo que eu entendi, serão entregues individualmente a cada deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, a cédula e o envelope.

Outra coisa, eu gostaria que os Srs. Líderes nominassem logo mais algum deputado que fosse o escrutinador de um lado e de outro. Peço aos outros deputados que não forem escolhidos que se mantenham aí nas suas poltronas para não causarem tumulto aqui em cima, para não gerarem problema.

O Sr. Alan Sanches: De nossa parte, Marcelinho e Sandro Régis.

Com relação a incinerar ou destruir as cédulas após a votação, eu estou de acordo, não tenho objeção sobre isso.

O Sr. Rosenberg Pinto: Vitor Bonfim e Robinson.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, são dois, bota dois do lado de cá? Marcelin...

O Sr. Alan Sanches: Sandro Régis e Marcelinho Veiga.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Sandro Régis e Marcelinho; e Vitor e Robinson. Não digo do outro lado, mas à esquerda ou à direita.

Vamos iniciar. Eu vou inverter um pouco a ordem de votação porque o deputado Patrick precisa pegar um voo. Então, eu vou começar com ele a votação, depois eu sigo a ordem normal, o.k.?

Conferiram a uma, já está tudo o.k., Srs. Marcelinho e Robinson? Vejam se não tem nenhum mágico aí, porque daqui a pouco podem aparecer cédulas aí no fundo, não é, deputado Raimundinho?(Risos)

Srs. Deputados que estão aqui, deputada Fátima Nunes, Srs. Deputados que estão aqui em cima, eu peço, por favor, que fiquem aqui em cima só o deputado Robinson, o deputado Marcelinho, o deputado... os líderes, se quiserem, o deputado Sandro Régis...

O Sr. Rosemberg Pinto: Vitor Bonfim e Sandro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É, deputado Vitor, deputado Robinson, deputado Marcelinho, deputado Sandro Régis e os líderes Rosemberg e Alan.

Vamos lá, vamos evitar aqui... para sermos mais rápidos.

Deputado Patrick, o envelope e a cédula. Pode se dirigir à sessão.

As mulheres já estão bem representadas no Plenário. Este presidente pensa em tudo, pode ter um problema maior aqui na hora da contagem, eu já estou protegendo V. Ex.^{as}. Não que a mulher seja um sexo frágil, mas...

(O deputado Samuel Junior procede à chamada nominal para votação.)

O Sr. Samuel Junior: O que seria o próximo foi o deputado Adolfo Menezes. Próximo, deputado Alan.

(O deputado Adolfo Menezes reassume a chamada nominal para votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo votante já vai ficando ali na fila, sem tumulto.

Deputado Alex da Piatã, por favor. Deputado Alex, pode vir.

Deputado Angelo Coronel Filho, pode se dirigir para aqui, nessa ordem, vai passando aqui por detrás da Mesa.

Deputado Antonio Henrique Jr.

Favor deixar a caneta lá na sessão. Por favor, subam aqui pela direita do Plenário e saiam pela esquerda.

Deputado Antonio Henrique já está aí?

Sr. Samuel Junior: Já.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Binho Galinha.

Deputado Bobô. Ausente.

Deputado Cafú.

O Sr. Júnior Muniz (fora do microfone): Olhem aí, dois envelopes, ó!! Dois envelopes!! Binho Galinha!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O que foi, deputado Júnior?

O Sr. Júnior Muniz (fora do microfone): Colocaram dois envelopes aí. Está errado isso, está errado!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O que foi?

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Está certo, rapaz, é o envelope e a cédula. Envelope e a cédula.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O que é isso? Que estresse é esse, deputado Júnior?

Chama o serviço médico aí, por favor. Por favor, chama o serviço o médico, dá uma injeção nesse rapaz.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, calma para não tumultuarem, eu já solicitei ajuda médica, calma.

Deputada Cláudia Oliveira.

Deputado...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, peço um pouco de silêncio. Silêncio para a gente encerrar daqui a pouco.

(...) Deputada Cláudia Oliveira.

Deputado Diego Castro.

Deputado Eduardo Alencar.

Deputado Eduardo Salles.

Lembrando que, se marcar nos dois quadros, o voto será nulo. Elementar.

Deputado Euclides Fernandes, já aqui em cima.

Deputado Eures Ribeiro.

Deputada que não gosta de sair na foto.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur (fora do microfone): Então eu não vou. (Risos)

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Nem de falar também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próxima deputada, a deputada que não gosta de tirar foto.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Nem de falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem é? É Fabíola, é?

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): É Fabíola! (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ah! Deputada Fabíola. (Risos) Mas, além de gostar de tirar foto, é uma grande deputada.

Deputado Fabrício Falcão. Ausente, conforme previamente avisado.

Deputada Fátima Nunes.

Deputado Felipe Duarte. Por aqui, Felipe, por favor.

Deputado Hassan.

Deputado Hilton Coelho.

Deputada Ivana Bastos.

Deputado Jordavio Ramos.

Deputado José de Arimateia.

Deputado Júnior Muniz.

Deputado Júnior Nascimento.

Deputado Jurailton Santos.

Deputada Cláudia Oliveira.

Deputado Laerte do Vando.

Deputado Leandro de Jesus.

Deputado Luciano Araújo.

Deputado Luciano Simões Filho.

Deputada Ludmilla. Ela está com problema de saúde, mas bem, graças a Deus. Não está presente Ludmilla.

Deputado Manuel Rocha.

Deputado Marcelinho Veiga.

Deputado Marcinho Oliveira.

Deputada Maria del Carmen.

Deputado Marquinho Viana.

Deputado Matheus Ferreira.

Deputado Nelson Leal.

Deputado Niltinho.

Vamos, Marquinho, já votou?

Deputada Neusa Cadore.

Deputada Olívia, ausente, PCdoB.

Deputado Pablo Roberto.

Vamos, Vitor.

Já votou... já votou, Niltinho? Deputado Niltinho.

Após, a deputada Neusa

Deputado Pancadinha.

Deputado Paulo Rangel.

Deputado Pedro Tavares.

Deputado Penalva.

Srs. Deputados, assim que votarem, por favor, desçam daqui de cima. Os Srs. Deputados que votaram se dirijam às suas poltronas, por favor, para agilizarmos.

Marquinho, Vitor, Marcelinho, deixem rolar, para que a gente agilize.

Deputado Raimundinho da JR.

Deputado Ricardo Rodrigues.

Deputado Raimundinho, se dirija à cabine de votação.

Deputado Ricardo, se aproxime.

Deputado Roberto Carlos.

Deputado Robinho.

Deputado Robinson Almeida.

Deputado Rogério Andrade.

Deputado Rosemberg Pinto.

Deputado Samuel Junior.

Assuma aqui, Marcelinho, por favor. Dê a cédula e o envelope ao deputado Samuel até ele votar.

Deputado Sandro Régis.

Deputada Soane Galvão.

Deputado Tiago Correia.

Deputado Vitor Azevedo

Deputado Vitor Bonfim.

Deputado Zé Raimundo.

O deputado Zó, do PCdoB, não compareceu.

Deputado Zé Raimundo, pode se dirigir...

Srs. Deputados, nesta tarde e nesta votação, conforme foi divulgado na imprensa, tivemos a ausência prevista do deputado Bobô, do PCdoB, do deputado Fabrício Falcão, do PCdoB, do deputado Zó, do PCdoB, da deputada Olívia, do PCdoB. Tivemos 4 deputados do PCdoB ausentes e a ausência da deputada Ludmilla, por questões de saúde. Tivemos 5 deputados ausentes.

Então, temos 58 deputados presentes e 5 deputados ausentes, aqui estão os respectivos envelopes. Alguma dúvida? Vamos a contagem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados...

Deputado Paulo e ex-deputado Marcelo, que são candidatos, como gostariam que fossem contados os votos? Com a palavra o ex-deputado Marcelo.

O Sr. Marcelo Nilo: Sr. Presidente, em qualquer parlamento do mundo, em qualquer apuração se chama um por um. V. Ex.^a vai tirando uma cédula e chamando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por quem? Pelo presidente?

O Sr. Marcelo Nilo: Pelo presidente, claro, sempre foi assim. Os escrutinadores passam para V. Ex.^a, então V. Ex.^a chama um por um.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sandro, traga para eu contar. Conte, e eu abro, por favor. (Pausa)

Srs. Deputados tenham um pouquinho de paciência, eu darei 5 minutos para o agradecimento assim que sair o resultado. Nós ainda teremos duas votações em segundo turno dos projetos do Ministério Público, o.k.? A gente precisa seguir o rito, mesmo havendo acordo.

Encerrarei e abrirei outra sessão para votarmos em segundo turno os dois projetos do Ministério Público. (Pausa)

Conferindo o número de votantes: são 58 deputados e deputadas presentes e 5 deputados ausentes, nesta tarde.

Eu vou abrindo as cédulas e vocês vão marcando..., conforme foi solicitado.

(Procede-se ao escrutínio.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O resultado é 36 votos a 22 votos.

Aprovado o Requerimento n.º 10.425/2024 (Publicado no DOEL do dia 9/2/2024)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, meu amigo Marcelo Nilo, o vencedor Paulo Rangel. A disputa é assim, aqui não tem vencedor, isso faz parte da vida pública. A maioria dos deputados escolheu para conselheiro o deputado Paulo Rangel.

Deputado Paulo, a gente ainda tem sessão, por favor. Teremos 5 minutos para o agradecimento do deputado Paulo Rangel.

Srs. Deputados, eu peço que ninguém saia para a gente encerrar a votação referente ao Ministério Público.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, Srs. Deputados, como coloquei em meu discurso, hoje é dia de festa. Quero iniciar parabenizando o ex-deputado Marcelo Nilo que fez um papel elegante, que combateu o bom combate e que mostrou o quanto é forte e o quanto é querido nesta Casa. Sr. Presidente, quero agradecer também a todos aqueles que depositaram a confiança em mim, que depositaram o seu voto e que me fizeram vitorioso no dia de hoje.

Quero agradecer aos companheiros da Oposição pela forma cavalheira, pela forma empática com que sempre me receberam, muito embora obviamente também tivessem um lado aqui nesta Casa.

Talvez, alguns de lá votaram comigo, talvez, alguns de cá votaram com o Marcelo, mas nada disso interessa, pois o vitorioso não sou eu neste momento. Sr. Presidente, vitorioso é este Parlamento. Vitoriosa é a sociedade da Bahia que presenciou uma disputa como esta. Vitoriosos são os prefeitos e prefeitas da Bahia, os presidentes e presidentas das câmaras, que contarão com um trabalho honesto, com um conselheiro que, como coloquei, não vai olhar... Deputado Angelo Coronel, quero agradecer também a seu pai, que demonstrou apreço e apoio a mim.

Quero dizer que aqui não tem um conselheiro de partido algum, não tem um conselheiro de qualquer lado, tem alguém que vai zelar pelo patrimônio público e alguém que quer auditar, mas também que quer auxiliar os prefeitos, as prefeitas, os vereadores e vereadoras para fazerem uma ótima gestão. Deputada Fabíola, eu sempre disse e repeti: eu acho importantíssimo as esferas dos poderes, o poder federal, o poder estadual, mas o mais importante deles é o poder municipal.

Deputada Soane, deputada Ivana, deputada Maria del Carmen, deputado Roberto Carlos, deputado Antonio Henrique e demais deputados, a cidadania se

materializa no espaço da cidade. É no espaço da cidade que as pessoas vão ao posto de saúde. É no espaço da cidade que as pessoas vão à escola. É no espaço da cidade que as pessoas precisam de uma praça. É no espaço da cidade que as pessoas precisam de divertimento, vários divertimentos: culturais, recreativos etc.

Sr. Presidente, quero agradecer também a V. Ex.^a pela lisura com que conduziu este pleito. Quero agradecer a todos da imprensa, pois cobriram cotidianamente esse processo eleitoral. Quero agradecer aos funcionários e às funcionárias desta Casa. Enfim, a todos.

Quero deixar o meu abraço a todos e dizer a meus pares que as portas do gabinete deste futuro conselheiro estarão sempre abertas, sejam eles da Oposição da Situação...

Muito obrigado por tudo e muito obrigado pela confiança. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Parabéns deputado, novo conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Srs. Deputados, irei convocar uma sessão extraordinária imediatamente ao término desta e peço a presença de todos vocês.

Declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Fabrício Falcão, Ludmilla Fiscina (justificada), Olívia Santana e Zó. (04)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.